

ENTRE IDEOLOGIA E PROPAGANDA: A CONSTRUÇÃO DO HERÓI NACIONAL

1.

Podemos seguramente entender o *herói nacional* como uma categoria particular de herói, cujos contornos fundamentais são os que fazem de si um reflexo da ‘alma’ da nação. Tal como essa essência, simultaneamente intangível e imutável, também o herói nacional deve transcender a sua singularidade encarnando o que se acredita serem os valores perenes da nação que representa.

Porém, contrariando essa ‘perenidade ideal’ em que importa acreditar, é na temporalidade que verdadeiramente se define a ‘veste’ do herói. Compreende-se então que a sua visibilidade ou desvanecimento seja fruto da circunstância histórica, o que significa dizer que se constrói socialmente a adequação de determinado *modelo* de herói à especificidade das *representações sociais* dominantes. Na verdade, o herói nacional não é jamais uma entidade acabada mas sim uma realidade em permanente construção, quer dizer, uma figura suficientemente maleável para poder ser ajustada a novas necessidades e justificações.

Esta fluidez na composição do herói e na interpretação dos seus actos faz de uma eventual história da heroicidade um projecto dinâmico de descodificação do modo como foi sendo feita a projecção de *valores úteis* e de *crenças ajustadas* a cada momento histórico. Por isso devem os heróis ser tomados como exemplo tanto pelos homens públicos como pelos homens comuns do tempo histórico que os recupera e

reinventa. Emanação das crenças e convicções dominantes, daquelas que se supõe serem partilhadas por toda a nação, o herói nacional é evocado no quadro de legitimação, quer dizer da naturalização, de discursos políticos específicos.

2.

Em torno do herói nacional deve pois gerar-se um consenso tão alargado quanto possível, sendo mesmo essa uma condição imprescindível à aquisição plena de tal estatuto. A sua evocação faz-se, de resto, no sentido de reforçar a nação, afirmando a sua singularidade e unidade e definindo o seu exterior isto é, os espaços e agentes que ameaçam a sua identidade. Compreende-se assim que seja em momentos de *crise* que mais particularmente essas personagens emergem ou se acentua o seu peso.

Produto de uma memória social, que tanto se constrói a partir de acontecimentos reais como de lendas, o herói deve responder às expectativas que sobre ele se colocam e que ganham visibilidade seja sob formas populares de celebração, seja através do esforço do Estado na promoção de determinado herói. Tecem-se então narrativas mais ou menos formalizadas que tanto o podem sacralizar - por exemplo através das profecias que anunciam a sua vinda - como sublimar os gestos que teriam produzido a nação.

Depois, nas situações de crise, nos momentos onde as certezas cedem lugar à dúvida e ao temor, o apelo ao herói vai no sentido da reconciliação da nação com o seu passado. Da redescoberta do tempo primordial da sua fundação, justamente desse tempo em que a sua natureza se teria definido e cristalizado no que seria a sua 'alma' imperecível. Devemos portanto entender o herói no contexto de uma luta simbólica pela definição da "verdade que convém à nação" (Decreto nº 21103 de 7 de

Abril de 1932, cit. in Medina, s.d.: 45-47). Ele é pois uma espécie de ‘bem raro’, por cuja apropriação pode passar a legitimação de um discurso de poder e, afinal, a legitimação da própria acção política.

3.

É grande a tentação de procurar aplicar estas ideias que acabamos de enunciar, e que acreditamos terem um carácter geral, ao Estado Novo português. É de crise que se fala no próprio momento da sua fundação, ou melhor dito, é de superação de uma crise que vinha já muito de trás e se revelava cada dia mais profunda. Resolução de uma crise que se apresenta como um projecto complexo e de difícil concretização, mas que assenta, antes de mais, num processo de regeneração desse corpo doente que é a nação.

O essencial da terapia a aplicar àquela que era essencialmente uma doença moral pode sintetizar-se no projecto de reconciliar a nação consigo própria. Três campos de acção se definem então de forma clara. De um lado a valorização de um *viver rural* feito de tradição e quase beatitude, longe do bulício da modernidade dissolutora. Por outro lado o *enaltecimento da história*, daqueles momentos nos quais se procurava ver como que a condensação das virtudes da nação, expressas na coragem e vigor empreendedor dos seus antepassados. Finalmente a *vocação imperial*, aquilo que é afinal, a continuidade no presente e projecção no futuro da grandeza do passado.

Naturalmente que a acção nestes três campos converge num mesmo ponto, tendo como objectivo comum a regeneração do corpo doente. Quanto aos heróis - e a eles voltamos - constituem argumentos incontornáveis e decisivos da justeza do projecto. A galeria de personagens que são então recorrentemente evocados indicam,

através do exemplo que a memória deve guardar, qual o rumo que convém ao país. Dito de outro modo, a evocação dos heróis constitui peça central no objectivo de ensinar qual a essência da nação, quais os traços perenes da sua ‘alma imorredoura’.

4.

Se considerarmos brevemente o *Livro de Leitura da 3ª Classe* podemos facilmente explicitar o que acabámos de afirmar. Naquele que foi durante décadas o livro único da 3ª classe, a evocação directa ou indirecta de heróis nacionais pode ser dividida em duas categorias principais. Temos em primeiro lugar os heróis fundadores ou restauradores da nação e aqueles que corajosamente asseguraram a defesa da pátria - D. Afonso Henriques, Deladeu Martins, o Alcaide de Castelo Faria e D. João II juntamente com o Condestável - bem como a evocação de monumentos que remetem para a acção dessas mesmas personagens - Castelos de Guimarães e de S. Jorge ou ainda a Batalha. Numa segunda dimensão encontramos personagens que teriam contribuído decididamente para a expansão de Portugal no mundo - o Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Afonso de Albuquerque - enquanto que noutros textos se enfatiza a presença de Portugal em vários pontos do planeta.

Apesar de distantes no tempo, estas personagens comungam de características tão importantes como a coragem ou a capacidade de comando. É justamente esta unidade, capaz de elidir a circunstância histórica, que faz dessas personagens verdadeiros heróis nacionais. Eles surgem como figuras atemporais na medida em que pela sua evocação se recuperam e reactualizam os episódios marcantes da história da país. Voltando ao livro de leitura, facilmente constatamos que entre silêncios e ênfases o período mais referido é o de ‘fundação’ da nação - séc.

XII/XIII - a que se associam tanto os episódios marcantes da defesa dessa nacionalidade, como o episódio da sua refundação (séc. XVII), quer dizer da recuperação da independência e através dela dos traços que estiveram na sua origem e se tinham perdido por força das circunstâncias.

Existe como que um ‘mito das origens’, uma narrativa simultaneamente codificada e aberta à reescrita. Nela o papel de agente dinamizador do processo de fundação/refundação pode mudar de personagem, mas isso apenas acontece na condição de que quem o venha a encarnar se mostre capaz de recriar aquele que é ao mesmo tempo um acto fundador e revitalizador da nação. Dentro desta linha de análise parece interessante encarar o Estado Novo como um episódio mais dessa reescrita da narrativa fundadora da nação. O acto terapêutico de regeneração do corpo nacional doente de que atrás falámos surge-nos então mais claro: o que se busca é uma refundação, o que apenas se consegue através da redescoberta das raízes primordiais do país, quer dizer, da projecção da nação para o que se entende ser a seiva vivificadora e fatora de novas energias.

5.

Mais que um mero chefe político, Salazar será a expressão reconhecível do que se acabou de afirmar. A sua política será justamente a política de refundação da nação, do seu reencontro com a história, da valorização do viver pacato e ‘pré-moderno’, da crença na ‘missão civilizadora’. Mas em bom rigor não é da *sua política* que devemos falar, pois como ele próprio diz as ideias que defende não são dele, mas da colectividade, quer porque foi aí que foi bebê-las, quer porque a colectividade as reconheceu e fez suas (cf. Salazar, 1935: XVI). Ele não é pois, insistimos, um mero

chefe político, mas o redentor de uma nação desgovernada e esquecida da sua ‘alma’.

Podemos mesmo ir mais longe e perguntarmo-nos o que lhe falta para que possamos ver nele um verdadeiro herói nacional. Talvez o afaste desse estatuto o ter vivido como herói no seu tempo, faltando-lhe assim a distância temporal que faz com que a memória reescreva o acontecido produzindo propriamente uma *narrativa*. Talvez lhe falte também a quase absoluta consensualidade que o verdadeiro herói nacional deve possuir. Em todo o caso, é com o ‘material simbólico’ que produz os heróis que a imagem de Salazar se projecta e que a sua acção política se legitima.

Aceitemos como hipótese de trabalho a ideia razoável de que é sempre o ‘mito primordial’ que o herói contemporâneo deve seguir. Se acreditarmos nela, pelo menos três dimensões se revelam fundamentais a esse processo de recuperação das energias fundadoras que o novo herói deve protagonizar: a *anulação do tempo comum*, quer dizer, a instauração da a-temporalidade primordial; a *imitação*, pois ele deve repetir os gestos históricos que compõem o ‘mito das origens’; e a *encarnação*, já que ele deve deixar-se penetrar pelos heróis do passado. Consideremos brevemente cada uma destas dimensões reportando-as à representação que durante o Estado Novo se construiu de Salazar.

A tentativa de restaurar os valores do passado, esses valores que se teriam perdido na voragem do tempo, está clara desde muito cedo e em várias situações. É em seu nome que Salazar nos fala das “grandes certezas” (Salazar, 1935: XXIII), que são afinal aquilo que se não discute - Deus, Pátria, família, autoridade (cf. Salazar, 1937: 30). Em última instância, o projecto de reconciliar a nação com a sua ‘alma imperecível’ traduz a instauração simbólica desse mítico tempo das origens. A essa abolição do tempo comum não falta mesmo a profecia, tão frequente nos mitos de fundação. Ela fica na verdade evidente quando o Cardeal Cerejeira associa Salazar a

Fátima: “E eis o milagre de Fátima. Tu estás-lhe associado: estavas no pensamento de Deus quando a Santíssima Virgem preparou a nossa Salvação” (cit. in Nogueira, 1980: 49).

Quanto aos gestos históricos fundadores da nação eles assentam fundamentalmente na oposição ao inimigo estrangeiro e na defesa do cristianismo. Motivações centrais dos heróis que fundaram ou refundaram a nação - Afonso Henriques ou o Condestável - e daqueles que protagonizaram a expansão de Portugal no mundo - Infante D. Henrique ou Vasco da Gama. A imitação destes gestos, que, como atrás se defendeu, deveria caracterizar a acção do novo herói, está bem clara nas palavras que Salazar usa em 1940 na inauguração das Comemorações Centenárias: “Através de séculos e gerações mantivemos sempre vivo o mesmo espírito e, coexistindo com a identidade territorial e a identidade nacional mais perfeita da Europa, uma das maiores vocações de universalismo cristão” (Salazar, 1943: 257).

Quanto ao último traço da recriação do ‘mito primordial’ pelo herói contemporâneo, a encarnação neste das características do herói fundador, gostaria de o ilustrar com o que me parece ser um evidente paralelismo entre Afonso Henriques e Salazar. Ambos enfrentam ameaças que fazem perigar a nação: o primeiro os mouros infiéis e inimigos da cristandade, o segundo a descrença que permite a descaracterização de Portugal. É outra porém a expressão mais evidente dessa encarnação. É-nos oferecida por um postal ilustrado, editado durante o Estado Novo e onde a fusão das duas personagens é plenamente assumida. Nele o corpo de Afonso Henriques, com as suas armas e a sua pose guerreira, completa-se com a cara de Salazar, enquanto as legendas explicitam as mensagens que importa guardar: no escudo “Tudo pela Nação, nada contra a Nação”, em cima escreve-se “Salazar - Salvador da Pátria” e na base, como que sustentando aquela representação, exclama-se “Ditosa Pátria que tais filhos tem”.

6.

Concluo ressaltando que mesmo que não possamos ver em Salazar um verdadeiro herói nacional, parece inquestionável que tudo ‘conspira’ para que não seja possível ver nele um homem comum. Mesmo quando ele se apresenta a si próprio como tal, por exemplo quando realça a sua simplicidade, o que na verdade prepondera é a excepcionalidade: a capacidade de recuperar financeiramente o país; a aceitação do sacrifício pessoal em prol do colectivo; a visão esclarecida sobre o rumo da nação. Imagem que emerge mesmo quando ele parece negá-la, mas imagem que se constrói também fora de si próprio - através dos que o seguem e constroem para ele uma auréola quase messiânica, quer o vejam como expressão da vontade divina ou encarnação do espírito perene da nação portuguesa.

A eficácia desta representação afere-se pela sua persistência no tempo, mas também pelo ‘bom uso’ que foi feito dos materiais simbólicos pré-existentes. Alguns deles parecem-nos evidentes e foi deles que aqui falámos hoje: a integridade da nação; os ‘mitos’ da sua fundação; os heróis nacionais por cuja acção teria passado a persistência e engrandecimento do país. Sem ser um deles, Salazar participa da sua natureza, na medida em que os encarna, recriando simbolicamente os gestos fundamentais que os celebrizaram.

Luís Cunha

Universidade do Minho

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Miguel Vale de - “Leitura de um livro de leitura: a sociedade contada às crianças e lembrada ao povo”, in O’Neill, B.J. e Brito, J.P. (org.), *Lugares de Aqui - Actas do Seminário “Terrenos Portugueses”*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991, pp.247-261.

AUGÉ, Marc - “Heróis”, in *Enciclopédia Einaudi - Religião-Rito* (vol.30), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, pp.128-148.

BOURDIEU, Pierre - *O poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.

CONNERTON, Paul - *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1993.

CUNHA, Luís - *A nação nas malhas da sua identidade: o Estado Novo e a construção da identidade nacional*, trabalho de síntese apresentado para efeito de prestação de provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Braga, Universidade do Minho, 1994.

FERRO, António - *Salazar, o homem e a sua obra*, Lisboa, Fernando Pereira - Editor, 1982.

GELLNER, Ernest - *Nações e nacionalismo*, Lisboa, Gradiva, 1993.

Livro de Leitura da 3ª Classe, Ministério da Educação Nacional.

MARTINS, Moisés de Lemos - *O olho de Deus no discurso salazarista*, Porto, Afrontamento, 1990.

MEDINA, João (dir.) - *História Contemporânea de Portugal: o Estado Novo*, 2 vol. Lisboa, Multilar, s.d.

NOGUEIRA, Franco - *Salazar*, vol. IV, Coimbra, Atlântida Editora, 1980.

REBELO, José - “Ernst Kantorowicz e a teoria do duplo corpo: contribuição para o estudo da génese do salazarismo”, in *Estruturas e desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, vol. I, Lisboa, Fragmentos - APS, 1983, pp.742-765.

SALAZAR, Oliveira - *Discursos*, vol.I (1928-1934), Coimbra, Coimbra Editora, 1935.

Discursos e notas políticas, vol.II (1935-1937), Coimbra, Coimbra Editora, 2ª edição, 1946.

Discursos e notas políticas, vol.III (1938-1943), Coimbra, Coimbra Editora, 2ª edição, 1959.

SOBRAL, José Manuel - “Passado e património: famílias, classes, nações

- uma reflexão”, *O Estudo da História. Boletim da APH*, nº7,8 e 9 (II série), 1989, pp.43-67.

TORGAL, Luís Reis - *História e ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.